

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT17.009

EDUCAR O POVO-QUE-CRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO COMUNITÁRIO DE CAPOEIRA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

AURORA CAMBOIM LOPES DE ANDRADE LULA

Professora do Centro de Educação, Doutora pelo curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, aurora.camboim@gmail.com;

JEFFERSON BEZERRA PASSOS BOTELHO

Graduado pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jeffpassosnews@gmail.com;

RESUMO

Este artigo expõe um relato de experiências arte-educativas ocorridas em um projeto de Capoeira, na Comunidade da Penha, em João Pessoa-PB. O objetivo desta produção é registrar o processo educativo não-formal que tem envolvido a juventude desta, onde a relação educador-educando se baseia nas filosofias pedagógicas da Educação Popular e da Pedagogia Griô. As discussões teóricas e metodológicas são as mesmas que basearam os estudos para implementação prática do projeto de Capoeira na comunidade da Penha: a pedagogia freireana, salientando conceitos e categorias da Educação Popular; a epistemologia decolonial da Pedagogia Griô, em diálogo com os escritos de Lilian Pacheco, e o horizonte de significados valorativos para a vida em grupo (da capoeira) e em comunidade, calcado nos Valores Civilizatórios Afro-brasileiros, sistematizado por Azoílda Trindade. As atividades realizadas no projeto vão além do ensino técnico da capoeira, envolve também musicalidade, contação de histórias, brincadeiras, rodas de conversa, desenhos. As primeiras semanas de aula atraíram um grande volume de crianças. Aos poucos entendia-se as condições materiais individuais e gerais das famílias dessas crianças. Com o tempo foi possível assentar as bases dos professores entre as famílias da comunidade, adquirir mais confiança dos/as educandos/as e compreensão sobre as personalidades de cada um/a. Diante dos desafios, os dois educadores compreendem a necessidade de refletir constantemente sobre os métodos, os objetivos almejados e as responsabilidades inerentes a esse

empreendimento, não cessando a comunicação dialógica no sentido de se fazer sujeito no encontro com o Outro-aprendiz, que também é um Outro-educador.

Palavras-chave: Capoeira, Educação Popular, Pedagogia Griô, Valores afro-brasileiros.

INTRODUÇÃO

O artigo ora produzido expõe um relato de experiências arte-educativas ocorridas em um projeto de Capoeira iniciado há aproximadamente 01 ano, por dois professores da arte-luta afro-brasileira, na comunidade da Penha, tradicional reduto de pescadores e ribeirinhos localizado no litoral sul da cidade de João Pessoa-PB, e cujas linhagens familiares remontam ao final do século XVIII.

O objetivo desta produção é registrar o processo educativo não-formal que tem envolvido a juventude da comunidade nas aulas de capoeira, onde a relação educador-educando se baseia nas filosofias pedagógicas da Educação Popular e da Pedagogia Griô, salientando os saberes e fazeres da realidade local no decorrer das metodologias próprias da tradição afro-brasileira forjada na oralidade. O intuito é pavimentar um processo incessante de formação humana construtora de valores inscritos na memória viva de uma sociedade sob forte influência das concepções éticas e morais das afro-ancestralidades que compõem as classes populares – e até mesmo abastadas – da vida brasileira.

As discussões teóricas e metodológicas são as mesmas que basearam os estudos para implementação prática do projeto de Capoeira na comunidade da Penha: a pedagogia freireana, salientando conceitos e categorias da Educação Popular; a epistemologia decolonial da Pedagogia Griô, em diálogo com os escritos de Lilian Pacheco, e o horizonte de significados valorativos para a vida em grupo (da capoeira) e em comunidade, calcado nos Valores Civilizatórios Afro-brasileiros, sistematizado por Azoílda Trindade.

Nas aulas, utiliza-se os métodos das contações de história; da performance-exemplo que o educador/a traz nos movimentos corporais que serão aprendidos, pela observação ativa dos educandos; os rituais de construção de conhecimento coletivo a partir da roda; e dinâmicas de conversas em grupo, e em roda, onde se ensina musicalidade, versos de cantigas que trazem histórias do povo negro e das relações sociais, o que pode desenvolver juízos morais e processos de identidade.

A ação cultural enxerga no horizonte deste trabalho artístico-educativo, e de dimensão que se quer política e politizante, a contribuição para a construção de autonomias singulares e coletivas com vistas a uma cidadania criativa, que sejam permanentemente curiosos/as de conhecimento, cada vez mais conscientes – e inconformados/as - das condições sociais que os arroteiam, intransigentes na

defesa ativa da cultura popular local, e para a organização coletiva visando a busca e efetivação de direitos.

Tem-se percebido mudanças de comportamento entre os/as jovens capoeiristas e em atitudes dos mesmos diante de situações-problemas na rotina do projeto, mas também no espaço escolar e nos cotidianos familiares de uma comunidade pejada de carências em termos de serviço público, instabilidade de renda e emprego.

CAPOEIRA COMO VIVÊNCIA-FORMAÇÃO E CAPOEIRISTAS COMO EDUCADORES POPULARES

As aulas-vivências de Capoeira na comunidade da Penha transcorriam pelas semanas, chegavam aos primeiros meses e, com o avançar da familiaridade entre educadores e aprendizes, somado ao maior tempo dos professores dentro dos espaços da comunidade, amadurecia a percepção evidente sobre a existência de uma cultura educacional não escolarizada de saberes anti-hegemônicos.

Assume-se aqui a compreensão de cultura educacional numa perspectiva freireana, como sendo ações humanas, trabalhos individuais e coletivos, situados no mundo e em diálogo, que visam conscientemente e dialeticamente, transformar, intervir, e/ou assumir para si, enquanto identidade cultural, a realidade simbólica (material e imaterial) e os significados que homens e mulheres inscrevem nos círculos sociais das classes populares, no processo histórico.

Frise-se que tais processos de formação humana convivem, na Penha, com culturas escolares nos ensinamentos Infantil, Fundamental e Médio.

Sendo assim, o trabalho artístico e de caráter popular-comunitário ia então vislumbrando a dimensão educacional, de sentido maior, em si. Isto é, a aula-vivência se tornava também aula-formação. Se antes permeava instantes de ensino preocupados massivamente na aprendizagem dos saberes e fazeres da arte-luta capoeira a serem aplicados naquele universo, passou-se a haver então uma preocupação com a formação cidadã através de um processo de construção de autonomia crítica e libertadora dos educandos e educadores.

Seria necessária, adotando a tradição filosófica pedagógica latino-americana da Educação Popular, trabalhar possibilidades de construção do ser Humano-no-Mundo, conhecendo-o e conhecendo-se.

Uma educação que, usando termos caros a Paulo Freire, vá além de ensinar pessoas a apenas lerem e repetirem palavras, as coesinem a lerem criticamente o seu mundo. Para tornar educandos populares sujeitos críticos e criativos, por meio de uma prática de crescente reflexão conscientizada e conscientizadora, o papel do educador “erudito” e “comprometido” consiste em assessorar homens e mulheres das classes populares na tarefa de ajudar – de dentro para fora e de baixo para cima – a se tornarem capazes de serem os construtores de uma nova cultura popular, a partir de novas práticas coletivas. (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 08)

Pode-se depreender do sentido de tal formação geradora de uma práxis humana (histórica, social, consciente, dialógica, inovadora e crítica), a liberdade de uma cultura antes subalternizada desde a formação socioeconômica da sociedade capitalista, para, então, um processo

(...) de criação de uma polivalente cultura popular que, passo a passo, seria despojada de valores impositivamente dominantes, que refletem a lógica do lugar social hegemônico do mundo e da vida para, finalmente, se constituir livre dos saberes, sentidos, significados e valores dela e de seus enganos.

Uma nova cultura, nascida de atos populares de liberação, que espelhe, na prática da liberdade, a realidade da vida social em toda sua transparência. (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 08)

Freire (1983) destaca que, nesse processo de protagonismo, autoidentificação social-comunitária e incorporação de novos símbolos e significados, também novos valores vão, em um movimento dialético, tensionando-se com antigos valores.

Afinal, ao conhecer e agir, sob aspectos assimétricos de capacidades e necessidades, isto é, de experiências e expectativas-interesses multivariadas, na dimensão ontológica e social do Trabalho (intelectual e manual), as pessoas empreendem com o mundo (a Natureza aí contida) e com os Outros, realizando-se e se dispondo a contribuir para as demais aspirações de realização. “[...] transformam a natureza e se transformam a si mesmos, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem/mulher neste mundo humano. (FÁVERO, 1983, p. 16).

A pergunta que permeou então o ponto de partida do novo momento do projeto educacional de Capoeira na comunidade da Penha, acenava para a seguinte questão: por onde começar a agir com educandos, de modo a gerar as problematizações

que resultarão no caminhar formativo crítico daquela juventude? Como fazê-los, e nos fazer, “ler o mundo”, provocando, instigando a pavimentação de uma cidadania calcada em valores que defendam uma Memória histórica, moral-ancestral e, portanto, patrimonial daquela realidade cultural popular?

Assumindo que reside na arena cultural produzida pela formação socioeconômica das sociedades capitalistas, possibilidades de ações políticas - ou de ações culturais que, no horizonte de suas práticas, vislumbrem conscientemente questionar e contestar as relações de poder/dominação e de produção material e imaterial da vida (logo, a superação das condições de desigualdade, injustiça, marginalização, hierarquização e exclusão) -, então tais ações, “para ser libertadora, deveria partir dos símbolos e dos significados das próprias raízes culturais populares – a arte popular, os saberes populares, as diferentes tradições populares em todas as suas dimensões, os costumes, etc. –” (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p.09).

Devem, portanto, educadores populares comprometidos em contribuir para a conscientização, aproximação e identificação da comunidade cultural popular com a sua “cultura-que-o-povo-cria” (BRANDÃO, 1985, p.20), atentar-se para a ação cultural. Afinal, uma “cultura dominada e alienada” é “uma cultura-do-povo, sem chegar a vir a ser uma cultura- para-o-povo. Ou, em outros termos, ela reflete uma “classe em si”, sem traduzir-se como uma “classe para si” (BRANDÃO, 1985, p.20).

A ação cultural em Freire toma uma forma politizante e politizadora, pela via educadora, visto que se processa na (auto) compreensão de que o sujeito subalterno ainda está no mundo Natural - aquele que conhecer o agir ainda se condiciona por valores que não refletem a autonomia de classe -, e, portanto, como pessoa natural, e não como “ser transformador”, ou seja, desejoso de liberdade e consciente de estar estruturado cultural e historicamente (LIMA, 1981).

Mas como se dá a ação cultural em um terreno mais prático, na filosofia pedagógica de educação libertadora freireana?

Somente na condição de se verem livres, “abertos” ao próprio mundo cultural e aos demais mundos de cultura produzidos ao redor, a ação cultural, enquanto diálogo entre iguais – e livres – emerge dos sujeitos conscientes. Fonseca (2005) afirma que, para Freire, “a ação cultural surge do diálogo e esse só é possível quando os sujeitos podem dizer a palavra (a comunicação dos que pensam) num clima de liberdade, ou seja, sem coação e imposição. Envolve ação e reflexão.” (p. 65).

A palavra dita e escrita, o direito de romper com o silêncio e comunicar vontades, privações, saberes, indignação dos de baixo e afeto popular compartilhado;

pôr-se sujeito na interação comunicativa com o Outro que também está livre no mundo. É nessa altura que Freire aproxima cultura e comunicação dialógica para que ação cultural emergja como atividade educadora coerente à sua pedagogia.

Pois ação cultural serve ao intento de romper com a cultura do silêncio, outra categoria freireana que elucida melhor a ação cultural, cuja utilização comumente aparece interligada uma à outra. É na raiz da formação sócio-histórica brasileira (Freire parte de uma análise histórica para lapidar a categoria) que a cultura do silêncio funda sua tradição, “estendendo-se a sua aplicação a todos os países da América Latina e a todas as sociedades do Terceiro Mundo e dos povos oprimidos em geral.” (FONSECA, 2005, p. 66)

Explica Freire (1982), numa passagem de síntese histórica, de que maneira se arquitetou o projeto de silenciamentos culturais na base social deste país, perdurando até o modelo globalizante de capitalismo dependente organizado na segunda metade do século XX, onde o Brasil e o “Terceiro Mundo”, como se chamava à época o status atual Países em Desenvolvimento, reproduziam, na visão do autor, a mesma lógica da cultura do silêncio, agora como um movimento imperialista-cultural dirigido do centro capitalista para e sobre as periferias do mundo.

“(...) a colonização foi sobretudo um empreendimento comercial, pois que Portugal ‘não tinha qualquer intenção de criar uma civilização em seus novos territórios’; segundo, a colonização se desenvolveu com base nas grandes propriedades – voltadas particularmente para o cultivo de cana-de-açúcar’ – e separadamente uma das outras por enormes distâncias; e terceiro, ‘durante o período colonial, Portugal manteve o Brasil numa situação de quase completo isolamento” (FREIRE, 1982, p. 67)

A ação cultural é a comunicação educadora (uma dupla ação criativa e transformadora, entende-se) para, com e dos, antes, alienados culturais do protagonismo de seus saberes e fazeres; impassíveis ante as representações de mundo contidas nos produtos frutos do trabalho das classes populares, mas também dos seus símbolos e dos significados que um dia seus antepassados os legaram – estes, também silenciados, escanteados, subdimensionados pela própria classe que os introduziu no mundo. A ação cultural é atividade dialógica que pode servir para a auto apresentação dos vestígios de resistência, luta, artes gestadas das vivências entre oprimidos da terra. Ação cultural é educar para dar sentido à Memória popular no processo histórico concreto onde se situa as vidas dos e das educandas. E, por

consequente, fazer a cultura popular falar, comunicar com autonomia de classe e consciência crítica os seus gestos e valores.

De volta aos “símbolos” e aos “significados das próprias raízes culturais populares”, a Capoeira é um dos mais emblemáticos símbolos de valor cultural forjado no seio das culturas populares étnico-racializadas nacionais, desde a antiga colônia americana portuguesa na América. Junto com o povo negro e pobre, a hoje arte tradicional da cultura popular nacional atravessou séculos de perseguição, criminalização, inferiorização, marginalização; resistiu aos planos e projetos eugenistas e cientificistas das elites políticas e econômicas brasileiras e estrangeiras, empreendidos de modo mais organizado desde os princípios da República, que consistiam na extinção dessa raça e o integral branqueamento brasileiro.

Reconhecida por estudos historiográficos e etnográficos como uma antiga arte-luta popular afro-brasileira capaz de construir valores de solidariedade coletiva, de defesa da comunidade através dos movimentos de inclusão social, liberdades como direito ao lazer e ao trabalho no âmbito da arte, instrução ética e moral para uma cidadania antirracista, altera, equitativa e engajada nas organizações comunitárias por direitos sociais, etc., as aulas de Capoeira na Penha, vislumbram os professores, podem ser relevantes espaços de formação humana para o alcance dessa cidadania plena de autonomia crítica, contestadora e comprometida com a superação dos e nos problemas do e no mundo.

Ademais, salienta-se que as aulas de aprendizagem das destrezas e habilidades (corporais, instrumentais e orais) da capoeira, tornando-se também processos de práxis humana educativa, coadunam-se aos propósitos das medidas de salvaguarda desse Patrimônio pela sociedade civil e pelo Estado.

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e a revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003/Unesco e Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI/Iphan). (BRASIL, 2017, p. 06 – p. 07) (Grifos nossos)

Outro documento, O Dossiê Iphan – Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira (2016), que condensa os conhecimentos historiográficos, etnográficos e as diretrizes das políticas públicas para medidas de salvaguarda do patrimônio,

também inscritos no Livro de Registros das Formas de Expressão e no Livro de Registro dos Saberes, explica que os períodos históricos por que a arte-luta vai passar, influenciaram as condições e os métodos de ensinamentos.

A capoeira era aprendida e desenvolvida no dia a dia de trabalho, festas e disputas. Carregando seus instrumentos e suas armas, caso fosse preciso usá-las, os capoeiras se dirigiam para a rua, onde praticavam sua arte e desenvolviam suas habilidades. Como não havia um lugar específico para o treino e o jogo da capoeira, o ensino e a transmissão das tradições desta arte giravam em torno de espaços abertos e públicos (BRASIL, 2016, p. 66).

Quanto à ambientação das aulas de capoeira na comunidade litorânea da Penha, o documento traz uma proximidade histórica: “Um lugar especial de treino, registrado por fotógrafos como Pierre Verger e Marcel Gautherot, é a praia, marca das cidades portuárias onde a capoeira se desenvolveu, território por excelência da vadiação.” (BRASIL, 2016, p. 66).

Contudo, para que as aulas-formação de Capoeira na Penha se efetivassem como tal, seria preciso compreender os métodos dessa tradição ancestral.

Outra característica muito importante dessa forma singular de aprendizado é a inexistência, por parte dos mestres, de uma metodologia ou pedagogia específica para a transmissão de sua arte. Pode-se dizer que o mestre não privilegiava uma técnica de ensino formal. Além disso, seu objetivo era vadiar e jogar, não especificamente ensinar. O foco não era o aprendizado ou a transmissão. O mestre não era um professor no sentido estrito da palavra. Ele só ensinava se o aprendiz se mantivesse atento, observando e arriscando-se a realizar os principais movimentos. De algum modo, o aprendizado ficava a cargo do aprendiz, que, engajado na capoeira, inseria-se a partir da observação e da vivência de suas rotinas. O aprendizado da capoeira se produzia por “oitiva”, ou seja, sem método ou pedagogia formalizada. Pela vivência do jogo, por sua observação, o mestre introduzia os jovens interessados no universo da capoeira. Conforme explicou Frede Abreu, ‘era na roda, sem a interrupção de seu curso, que se dava a iniciação, com o mestre pegando nas mãos do aluno para dar uma volta com ele’. O aprendiz convivía desde o início com as situações próprias do jogo, por meio de exemplos concretos e reais da prática da capoeira. O lugar por excelência do aprendizado era a experiência concreta e encarnada das rodas de rua, onde o aprendiz tinha que encontrar um lugar na tradição.” (BRASIL, 2016, p. 67 – p. 68.)

O trecho destacado traz algumas pistas que levaram os educadores a dialogar com as pedagogias da Educação Popular e da Pedagogia Griô. A manifestação artístico-cultural de origem popular afro-brasileira, historicamente comunitária e praticada por gerações de trabalhadores e trabalhadoras, formando espaços, personagens e acontecimentos de memória, ao contrário do que registra o Dossiê Iphan, sistematiza métodos de ensino.

Há no mínimo, implícita e explicitamente, na passagem citada, três aspectos estratégicos da, se assim quiser denominar, didática da pessoa arte-educadora capoeirista: a oralidade, a performance-exemplo prática e o conhecimento em ambiente de circularidade (um design espacial tipicamente africano, e que se tornou afro-diaspórico, enraizado no modo de se organizar a comunidade popular brasileira e, em muitas localidades, afro-latino-americanas).

O tripé identificado, podendo receber influências metodológicas inovadoras ao longo dos tempos, e coexistindo com outras estratégias didático-pedagógicas, é, na grande maioria das aulas dos grupos de capoeira, a base da transmissão de conhecimento de educadores e educadoras dessa arte.

A Pedagogia Griô então se incorpora aos interesses teóricos e metodológicos dos professores da Capoeira da Penha, na esteira da necessidade sentida por ambos de materializar “modos de educação utilizados historicamente pelos povos colonizados da América” (CORDEIRO; ARAÚJO, 2018, p. 02.)

Se o pensamento decolonial denota práticas epistêmicas de reconhecimento e transgressão da colonialidade, que se produzem na América Latina e outras regiões colonizadas como resposta à situação de dominação, podemos dizer que a pedagogia decolonial refere-se às teorias-práticas de formação humana que capacitam os grupos subalternos para a luta contra a lógica opressiva da modernidade/colonialidade, tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livres, amorosos, justos e solidários. (MOTA NETO, 2016, p. 318)

Entende-se na Pedagogia Griô um arcabouço epistemológico teórico-metodológico decolonial, que protagoniza, no ato de educar, os saberes e fazeres populares afro-brasileiros - a Capoeira, mas também as demais formas e modos de expressar/transmitir símbolos e significados dessa cultura popular em outras manifestações ancestrais -, entranhados nas brasilidades não hegemônicas e, via de regra, ausentes na condução da relação ensino-aprendizagem dentro dos espaços formais, bem como, em geral, do currículo escolar nacional.

Propõe movimentar o corpo-existência no caminho da formação educativa para entender-se “gente do mundo, gente do Brasil” (PACHECO, 2006, p. 76). Reconhecer a necessidade das “pessoas representativas da tradição oral” (PACHECO, 2006, p. 68) ao reconhecimento de seus métodos de ensinamento (incluindo o ensino dos valores éticos e morais evidentes na produção das relações socioculturais nacionais), nos espaços em que atuam na comunidade, mas também como possíveis agentes educadores e educadoras dentro da escola, do espaço formal.

Apontando dentro da comunidade “os personagens que trazem a cultura viva na sua memória e no seu jeito de viver”, os “artistas do invisível” (PACHECO, 2006, p. 78 – p. 79), objetiva-se uma proposta pedagógica onde a linguagem e a metodologia diametralmente outras das do ensino e dos currículos tradicionais incorporam no processo do agir educativo e do fazer-se conhecendo, “os rituais de vínculo (em rodas, em caminhadas, com cantigas, danças e histórias, etc.), os mitos e seus arquétipos, as artes e saberes ancestrais do Brasil, vão muito além de conteúdos importantes de nossa história, literatura e cultura. (...) são pilares de uma metodologia de educação de tradição oral...”

Diálogos entre aquele e aquela que sabem há mais tempo com os que estão abertos a serem livres pois dispostos a refletir sobre e no mundo; práticas rituais afetivas e comunitárias que dão o exemplo; os trabalhos e as artes como inscrições da identidade genuína local popular. A junção da Educação Popular com a Pedagogia Griô auxiliando um projeto de Capoeira que deseja, além de formar novas gerações na arte-luta, contribuir para o processo de emancipação dessa juventude através de uma formação cidadã inclusiva e crítica.

A TRANS-FORMAÇÃO DO E NO MUNDO A PARTIR DOS VALORES INSCRITOS NA MEMÓRIA POPULAR

Os valores humanos desempenham um papel crucial na formação da identidade pessoal e coletiva, na tomada de decisões e na construção de relações interpessoais. Eles são a base para a definição de normas e padrões de comportamento, bem como para a avaliação do que é considerado certo ou errado, justo ou injusto. De acordo com Schwartz (1994), os valores funcionam como um padrão de juízo, motivando as pessoas a fazerem o que é desejável pela sociedade do ponto de vista moral.

Os valores não são estáticos, podem evoluir e mudar ao longo do tempo em resposta a transformações sociais. Além disso, diferentes culturas e grupos sociais podem atribuir diferentes graus de importância a certos valores, refletindo suas próprias visões de mundo e sistemas de crenças.

Na sociedade brasileira, a formação dos valores é decorrente de um processo complexo, influenciado por uma combinação de fatores históricos, culturais, sociais e educacionais. É uma sociedade caracterizada pela rica mistura de influências indígenas, africanas e europeias, resultante da colonização do país, da escravidão africana e dos fluxos migratórios ao longo dos séculos.

A formação dos valores da sociedade brasileira está intrinsecamente ligada ao processo de construção da identidade nacional. Conforme destacado por Hall (2006), a cultura nacional desempenha um papel crucial na construção de identidades, fornecendo uma base para a compreensão e organização das ações individuais e coletivas, bem como na concepção de nós mesmos enquanto membros dessa sociedade. A narrativa da nação é transmitida através de diversas formas, como histórias, literatura nacional, mídia e cultura popular.

Hall (2006) desconstrói a ideia de uma cultura nacional unificada, pois a identidade nacional não pode decorrer única e exclusivamente das diferenças de gênero, raça e etnia que existem numa mesma nação. As nações são constituídas de diversas culturas, a homogeneização acontece quando existe uma história de violência e repressão de povos conquistados, levando à eliminação forçada de uma cultura.

Portanto, a formação dos valores na sociedade brasileira se desenvolve ao longo do processo de construção da identidade nacional, na qual a cultura desempenha um papel fundamental na organização das ações individuais e coletivas.

No Brasil, o discurso de uma identidade nacional brasileira se iniciou na primeira metade do século XX, quando começou a se estabelecer enquanto nação. Essa construção esbarrou numa nova categoria de "cidadãos": os ex-escravizados negros. Os negros representavam uma "mancha" na nova sociedade brasileira. Foi assim que se disseminou a proposta da eugenia, que visava o embranquecimento físico e cultural do povo brasileiro, numa tentativa de homogeneidade pela miscigenação e assimilação cultural.

Com a globalização, que inicialmente parecia caminhar em direção a uma cultura homogênea, unificada e padronizada, revelou-se equivocada nessa perspectiva. Ou seja, a globalização trouxe consigo uma diversidade e mutabilidade cultural. Houve, segundo Abib (2004), um interesse crescente pelas formas tradicionais de

cultura. No entanto, conforme apontado por Munanga (1999), a cultura nacional brasileira, embora seja uma cultura plural (e não sincrética), e não impeça a produção cultural das minorias étnicas, acaba por inibir a expressão política destas. Embora o projeto de eugenia não tenha vingado, a sua ideologia foi internalizada pela população brasileira (PANTA; PALLISSER, 2017), repercutindo ainda atualmente, principalmente, quando se verifica a quantidade de mestiços que negam a sua própria identidade e desejam ingressar numa identidade hegemônica branca, tida como superior. O desejo de assimilação dos valores culturais dos brancos leva, segundo Munanga (1999), à alienação que dificulta a solidariedade necessária para um processo de identificação e de identidades coletivas.

Destaca-se, portanto, a importância crucial da disseminação e preservação dos valores afro-brasileiros no trabalho educativo direcionado para a formação ético-moral e cidadã. Os valores civilizatórios afro-brasileiros propostos por Azoilda Trindade (2010) são frutos de uma proposta pedagógica desenvolvida pelo projeto A cor da Cultura, iniciado para dar conta das políticas de ações afirmativas elaboradas em consonância com a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino.

Alguns desses valores são: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, cooperatividade, ancestralidade, memória, ludicidade, energia vital (axé) e oralidade. A organização desses valores tem como objetivo dar ênfase ao legado africano que marca a sociedade brasileira, ou seja, esses valores estão inscritos na memória, cultura, modo de ser do brasileiro, mas tem sua origem africana velada. Este legado africano está presente em diversas sociabilidades do cotidiano, como também muito fortemente nas manifestações da cultura popular no Brasil, como por exemplo, a capoeira. A conservação desses valores na memória dos descendentes africanos no Brasil desempenhou um papel significativo na construção e resistência da cultura popular no país.

Vejamos como alguns desses valores estão presentes na cotidianidade da população brasileira, como também nos rituais da capoeira.

Oralidade: Hampaté Bâ (2010) afirma que na tradição oral africana existe uma ligação entre a pessoa e a palavra. O valor do testemunho é o mesmo valor da pessoa que o anuncia. A tradição oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação, mas como uma forma de preservação dos conhecimentos ancestrais. Quando fazemos uso das contações de história, lendas, mitos, rodas de

conversa, recitais de poesia, discussão de textos, estamos expressando oralmente a nossa existência e dando sentido a ela.

Na capoeira, a oralidade pode ser identificada nas orientações e histórias de vida do mestre, assim como nas músicas, que preservam personagens e modos de vida ancestrais.

Ancestralidade e Memória: o valor de olhar para trás para entender quem somos hoje. Ancestralidade é um legado deixado por um grupo de pessoas e que contribuíram para a transformação da sociedade, é a compreensão de que todas os seres (vivos e mortos) estão ligados por fios invisíveis. A ancestralidade favorece o encantamento do mundo e o reconhecimento de nós mesmos, pois permite que, ao olhar para trás, recuperemos nosso poder e identidade. Esse valor está presente quando damos importância aos mais antigos, à sabedoria dos mestres e respeitamos as experiências de quem veio primeiro.

Na capoeira, existe um profundo respeito aos mestres que vieram antes, que abriram os caminhos para que hoje possamos existir em liberdade. A capoeira é um meio de reconexão com a cultura africana. Através dos ritmos, dos cantos e da ginga, os praticantes se conectam com a essência da cultura africana, com suas crenças e modos de vida. A capoeira se torna, assim, um elo entre o passado e o presente, uma forma de manter viva a herança cultural e de transmiti-la às futuras gerações.

Energia vital (axé): segundo Lopes e Simas (2021), na filosofia africana, esse é o valor supremo da existência. Tudo que tem vida tem axé, tem energia pulsante. Energia vital traduz a vontade de viver, a criatividade, a força do fazer, de amar. É a energia do nascimento, do crescimento, que move os seres, os astros, a natureza. Está presente na resistência do povo negro. A roda de capoeira é viva, tem axé, tem força vital, assim como tudo que existe. A capoeira é uma luta, mas também é uma arte, ela se alimenta da energia do coletivo, do ritmo, da expressão corporal, das palmas, das músicas. Cada pessoa na roda de capoeira emite essa energia para o todo.

Ludicidade: somos um povo que gosta de diversão, de rir, de cantar, de dançar, de festejar, de celebrar. No Brasil, temos diversas festas populares que confirmam essa herança, como o Carnaval, o São João. A capoeira é também um espaço de lazer, de socialização, de descarregar o cansaço de um dia de trabalho intenso, de brincadeira. Refere-se a sua prática como jogo da capoeira, justamente pelo seu caráter lúdico.

Musicalidade: o nosso país se destaca pela sua musicalidade, a nossa brasilidade está impressa nas músicas. A música se conecta com o corpo por meio da dança, das reações ao som, às vibrações. O corpo dança, o corpo ginha no ritmo da música. As celebrações são musicais, o axé se manifesta e faz movimentar nossa existência. A capoeira é uma luta que dança, é uma dança que luta, é a ginha do corpo ao som do berimbau, do atabaque, do pandeiro, do canto.

Cooperação/comunitarismo: em sociedades liberais, o individualismo é o que assegura a liberdade dos indivíduos. Na cultura africana, ao contrário, a coletividade é um valor central. "Imaginem o que teria sido dessa população se não tivesse como princípio a parceria, o diálogo e a cooperação, num sistema escravista" (BRANDÃO, 2006, p. 46). A capoeira é uma manifestação coletiva. Para realizar uma roda de capoeira, é necessário um grupo de pessoas, que toquem, que cantem, que joguem, que batam palmas. Ninguém joga sozinho, o jogo acontece com o outro, não é contra o outro.

Circularidade: esse valor expressa encontros, reencontros, transformações e comunicação. É a representação da fecundação, do renascimento e das oportunidades renovadas. O tempo, os astros e a própria vida são circulares. A circularidade traz consigo a inclusão, o contato visual direto e a potência da diversidade. Grande parte das manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas acontecem em rodas, como o samba de roda, o côco de roda, o jongo, maculelê, carimbó, capoeira, entre outras. A circularidade impulsiona para o movimento e para a coletividade, sendo o espaço onde flui o axé.

Da mesma forma que em outros rituais afro-brasileiros e indígenas, a capoeira se manifesta por meio da roda. Na capoeira, a roda representa o espaço de movimento coletivo dos corpos, das mentes e da vibração de energia psíquica que é de suma importância tanto para os jogadores que estão no centro como para todos os participantes que formam o círculo.

Corporeidade: numa sociedade que coloca a racionalidade como valor prioritário, a corporeidade frequentemente é negligenciada. No entanto, na cosmologia africana, existe uma profunda interligação entre o corpo, a dança e o sagrado. Além da dança, há outras formas de compreender e se expressar através do corpo, como o cântico, o ritmo e o rito. Nessa perspectiva, o pensamento ocorre de forma integral, englobando o corpo em sua totalidade e reconhecendo que o movimento é a base da consciência. A corporeidade traz consigo uma visão ecológica da vida, pois o corpo é indissociável da natureza e da cultura. A roda de capoeira é um espaço

democrático que acolhe todos os corpos. Na capoeira, o corpo dança, ginga, manifesta ritmo e exibe malemolência. A prática da capoeira ensina a desenvolver a consciência corporal e respeitar todos os corpos, valorizando a vida e o meio ambiente.

METODOLOGIA

Como forma de apresentar as experiências vividas no Projeto de capoeira na Comunidade do Bairro da Penha, em João Pessoa, optou-se pela abordagem metodológica do Relato de Experiência, que é utilizada em diversos campos de estudo para descrever e analisar experiências vivenciadas por indivíduos ou grupos em determinado contexto.

De acordo com Minayo (2014), o relato de experiência é uma forma de narrativa que busca captar a subjetividade do vivido, apresentando os eventos e as ocorrências dos sujeitos envolvidos. Permite que o pesquisador compartilhe sua experiência pessoal ou de outros indivíduos, possibilitando uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado.

LOCAL

O Projeto acontece na Associação Comunitária dos Moradores da Praia da Penha, que se localiza perto da Escola Municipal, da praça, da Igreja, dos bares e lanchonetes, e fica ao lado do posto policial desativado. É uma casa que tem um terraço não muito grande, com um chão cimentado, precisando de reparos. Os treinos ocorrem nesse terraço. Pela proximidade com a praia, alguns treinos já foram realizados na praia.

PARTICIPANTES

Os/as alunos/as: são em média 10 crianças que frequentam o treino de capoeira. Todas elas moram no entorno, algumas um pouco mais longe, precisando de um adulto para levá-las. Aquelas que moram mais perto vão andando sozinhas, mesmo as muito pequenas de 6 anos. As crianças têm idades variadas, a mais nova tem 6 anos e a mais velha tem 12 anos. A maioria é menina, contam-se apenas 3 meninos, e todas são crianças negras.

Os/a professores/a (os/a autores/a deste trabalho): Instrutora Aurora (Aurora Camboim), 41 anos, e Graduado Blanka (Jefferson Passos), 34 anos, são, ambos, discípulos do Mestre Ligeirinho (Antônio Guedes Jr.). Paraibano, referência da Capoeira no Brasil e no Mundo, Supervisor do Grupo Capoeira Brasil (GCB) na Paraíba e Presidente-fundador da ONG Centro Cultural Ginga Nação (CCGN). O espaço CCGN é formador de arte-educadores/as capoeiristas para projetos sociais em comunidades periféricas e desassistidas – como a Penha –, e para atuação pedagógica em escolas da rede particular da capital paraibana.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Além da aprendizagem dos movimentos técnicos da capoeira, também são realizadas conversas em grupo; musicalidade, cantigas que trazem histórias do povo negro e das relações sociais; contação de histórias; desenhos e brincadeiras (a preferida se chama “capitão do mato”). Uma atividade de grande relevância que ocorreu nesse período foi o evento em que as crianças foram batizadas na capoeira.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para realizar a análise da narrativa das experiências vividas, utilizou-se os três aspectos didáticos (equivalentes aos valores afro-brasileiros) da pessoa arte-educadora capoeirista: a oralidade, a performance-exemplo prática e o conhecimento em ambiente de circularidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A segunda edição do Penha Cultural de 2022, evento elaborado pela diretoria da Associação Comunitária dos Moradores da Praia da Penha em parceria com comerciantes locais e artistas das artes populares de dentro daquele convívio social, recebia uma nova atração.

Na terceira semana de agosto, famílias de antigos e novos moradores locais, raros curiosos vindos do nobre bairro do Seixas, artistas de outras partes do cenário cultural pessoense – e de outros bairros - e um público notadamente universitário compunham a, como era de se esperar, modesta audiência da festa de atrações

culturais populares, na praça principal da tradicional comunidade de pescadores e ribeirinhos.

Junto ao Coco de Roda da Mestre Carminha da Penha, a Ciranda e o Forró de triângulo e zabumba, abria a agenda de manifestações típicas do povão, uma Roda de Capoeira, desde 2014 Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade – 06 anos antes, havia sido declarada Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Não era uma roda qualquer (a rigor, nenhuma roda de capoeira é uma roda qualquer). A data celebrava – merecendo as devidas observações e homenagens da diretoria da associação, cujos membros eram espécies de mestres de cerimônia da festa – a oficialização do Projeto de Capoeira na Penha. Seriam a Instrutora Aurora e o Graduado Blanka, discípulos de Mestre Ligeirinho, os nomes à frente das aulas ministradas no alpendre da casa onde está a Associação, logo na entrada da comunidade, às margens da rua principal que liga a saída e a entrada dos ônibus que embarcam e desembarcam a população no local.

Sob uma noite de Lua e um clima de felicidade, os futuros professores junto de companheiros e companheiras de todos os cantos do GCB em João Pessoa, incluindo o mestre, fizeram uma roda com jogos-lutas que encantaram o público presente. Havia crianças brincando na praça, observando e imitando os gestos corporais dos e das capoeiras.

Se faltava um ponto de partida marcante para os trabalhos de Aurora e Blanka, agora poderiam enfim se sentir com os dois pés bem presos ao chão da Penha. A diretoria e membros mais antigos das famílias locais abraçaram desde sempre a causa, ressaltando a beleza dos corpos-que-gingam e a pertinência daquele projeto em um momento em que cresce vertiginosamente – e perigosamente – o ócio sem lazer, um vácuo comumente preenchido pelas vendas e compras no comércio ilegal de drogas próximo à Praia da Penha.

As primeiras semanas atraíram um grande volume de crianças com seus pais e mães, algumas mulheres trabalhadoras em busca de atividade física regular (e fugindo da rotina de academia) e esporádicas presenças de adolescentes que apenas observavam as aulas.

A interação entre os professores, novatos no quesito aula e no quesito projeto social, mas com histórias de vida permeadas por privações e instabilidade financeira familiar durante a infância e a adolescência, e os primeiros alunos, satisfizes as expectativas. Trocas de afetos nos cumprimentos ao iniciar e ao finalizar as aulas, paciência nos processos de aprendizagem da ginga, movimento fundante da

capoeira, e o progresso dos primeiros gestos (golpes e esquivas) típicos da defesa e do ataque da arte-luta.

Entendia-se aos poucos as condições materiais individuais e gerais das famílias das crianças. Contudo, não havia ainda interação suficiente que gerasse vínculos, e com isso, a reflexão mútua sobre as histórias e costumes compartilhados.

O tempo dos meses seguintes permitiu assentar as bases dos professores entre as famílias da comunidade, adquirir mais confiança dos/as educandos/as e compreensão sobre as personalidades de cada um/a – como era de se esperar, muitos/as jovens não prosseguiram e a turma se estabilizou em cerca de 10 aprendizes.

Problemas de convívio uns com os outros, revelações de famílias com adultos em empregos exaustivos ou na informalidade (mães solteiras entre 30 e 45 anos são a realidade dessas famílias. Mulheres e filhas/os abandonados por pais; e violência doméstica); fome; moradias precárias; falta de saneamento; péssimos serviços públicos de transporte, escolar e do sistema básico de saúde; absoluta ausência de oferta de aparelhos de esporte e lazer para todas as idades da comunidade; criminalidade infanto-juvenil e adulta; dependência química de amigos e parentes; baixa-autoestima vinculada à aparência; vida afetivo-sexual precoce; desvalorização e/ou desconhecimento das outras manifestações artístico-culturais populares vigentes... Foram elementos, alguns específicos e outros em comum entre os jovens e suas famílias, que emergiam daquelas realidades da comunidade da Penha.

Em paralelo, os educadores começavam a interagir com mais fluidez com as famílias. Conforme obtinham informações dos contextos em que elas estavam, passavam a frequentar com muito mais constância os espaços públicos de socialização da Penha, o que gerou uma fase de familiarização dos jovens com os educadores – em vez de se verem somente nas aulas, “esbarravam-se” na praça, nas lanchonetes ou mesmo na associação em outros horários fora do turno das vivências.

As próprias aulas passaram a ter alterações propositais para gerarem instantes de alívio e lazer para crianças, pais e mães: sábados e domingos de manhã, esporadicamente, realizaram-se aulas nas areias da praia, sob os olhares de pescadores, visitantes de fim de semana e outras crianças da comunidade. Eram e são alguns dos momentos de maior prazer de todos e todas no grupo, educadores e educandos.

Conheceram, por meio da Capoeira, outros lugares (muitos ali, soube-se, chegaram aos 10 anos de idade sem conhecer praticamente nada da cidade, além da Penha, do Centro e algumas periferias onde moram parentes distantes), outros/as capoeiristas, construíram referências, novas representações da e na capoeira. Expandiram o mundo espacial e aproximaram-se das fronteiras de outros mundos culturais (alguns, em franca contradição com suas realidades. Foram verdadeiros choques de percepção, sobretudo aos mais velhos).

Encantaram-se com o Festival multicultural Nos Ritmos da Mãe África, realizado pelo GCB-PB em maio de 2023, e produzido por uma equipe de discípulos do mestre Ligeirinho, dois dos quais seus professores. Na ocasião, receberam suas primeiras cordas no ritual do Batizado, um momento único, inesquecível para os/as iniciados/as capoeiristas. Os sentimentos e valores de comunidade, cooperação, mutualismo, esperança, franqueza para se comunicar sem receio, e liberdade para expressar oralmente e corporalmente seus estados de espírito, humores e vontades, chegavam no mais alto nível entre educadores, jovens e algumas dessas famílias.

O “salto”, porém, ainda não era o esperado. A percepção e as intenções de intervenção mudaram, dentro dos professores. Não queriam mais apenas vivências de ensino de Capoeira. Não era possível saber de tudo o que ocorre e permanecer alheio, tal qual cúmplices passivos daquelas inúmeras carências por que passam seus aprendizes e parentes. A bem dizer, os diferentes momentos em grupo até ali, já materializaram um processo de recondução das relações e dos propósitos do histórico de diálogos afetuosos e instrutivos. O próprio lugar da corporeidade, embora não percebessem de imediato, já havia transbordado o terreno das aulas e avançado para a linguagem constitutiva dos sujeitos em formação no mundo.

Observando e sentindo-se saber, sabendo e, agora se pondo a pensar reflexivamente, sem se privar do componente emocional e afetivo, desejaram idealizar um novo panorama de relações com o grupo. As aulas de capoeira precisariam, na visão de ambos, terem o objetivo da formação de uma cidadania identificada com valores culturais já enraizados nas realidades históricas e culturais da Penha.

A formação educativa popular na capoeira sugere, agora, o planejamento de ações culturais que o façam transformar-se para, mais tarde, no cotidiano e no amadurecimento das compreensões, transformar conscientemente, coletivamente, os estados de injustiça, penúria e desigualdade por que estão sujeitos sob a lógica da sociedade capitalista de classes – e, portanto, de imposição cultural de uma

classe sobre a outra, vitimando repertórios preteridos de uma Memória ancestral, silenciada, atrelada à vida popular.

Deu-se novos significados aos momentos experienciados ao ritual de transmissão de conhecimento circular da Roda de Capoeira. Ao final das aulas, valorizou-se a construção desse tempo com contação de histórias de personagens da História e da Cultura Negra; cantos, em grupo e em círculo, de cantigas que relatam circunstâncias do passado das classes populares trabalhadoras; brincadeiras que ressaltem mais a ludicidade e o treino de movimentos mais acrobáticos, ao gosto dos mais jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram várias as movimentações causadas por essas iniciativas – e que ainda estão em curso. Crianças tremendamente adultizadas, algumas delas, enxergando-se novamente como crianças; os relatos de familiares sobre a felicidade que elas compartilham dentro de casa por estar nas aulas-formação da Capoeira; instantes de reflexão profunda que levaram às lágrimas um dos jovens, conhecidamente excluído e rotulado por outras famílias como um “menino-problema”, ao final de um momento de contação de história sobre Zumbi e o sentido dos quilombos; o silêncio de alguns que, aos poucos, vai cedendo espaço às falas do corpo e às comunicações livres de uma nova oralidade...

Entende-se que um processo muito célere e muito denso de formação popular crítico, politizante, para jovens nessas faixas etárias, pode ser danoso ao seu desenvolvimento cognitivo, ético e moral, causando o resultado inverso do que se pretende. Assim, preventivamente os dois educadores refletem constantemente sobre os métodos, os objetivos almejados e as responsabilidades inerentes nesse empreendimento, não cessando a comunicação dialógica no sentido de se fazer sujeito no encontro com o Outro-aprendiz, que também é um Outro-educador.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. R. J. **Capoeira angola:** cultura popular e o jogo de saberes na roda. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo. 2004.

BÂ, Amadou Hampaté, **A Tradição Viva**. In. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e Fazeres**: Modos de interagir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. **Cultura popular e educação popular**: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Publicado em: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL, MinC. **Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**: apoio e fomento / coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília : IPHAN, 2017.

CORDEIRO, Albert Alan de Sousa; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **O jogo da capoeira**: uma pedagogia decolonial?. Publicado em: EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 45, p. 137-154, jan./abr. 2018.

FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular, educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FONSECA, Maria Clara. **Biblioteca pública**: da extensão à ação cultural como prática de cidadania. Dissertação de mestrado. PUC-Campinas. 2005.

FREIRE, P. **Ação cultural para a libertação e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** - 11ª. Ed. - São Paulo: DP&A. 2006.

IPHAN, Dossiê "**Roda de capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira**." Brasília: Livro de Registro das Formas de Expressão. out. 2008.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura:** as idéias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Voz e Terra, 1981.

LOPES, N.; SIMAS, L. A. **Filosofias Africanas:** uma introdução. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2021.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª edição. São Paulo: Hucitec; 2014.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina:** reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 1999.

PACHECO, Lilian. **Pedagogia Griô:** a reinvenção da roda da vida – sistematização de vivências, invenções e pesquisas compartilhadas do Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô. 1º ed. Bahia, 2006

PANTA, M. e PAULISSER, N. **“Identidade nacional brasileira” e “Identidade negra”:** reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. Revista Espaço Acadêmico, n. 195, 2017.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, 50, 19-45, 1994.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Percurso Metodológico. BRANDÃO Ana Paula (Org). In: A COR DA CULTURA. **Modos de Fazer:** Caderno de Atividades, Saberes e Fazeres, v.4. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.